

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.359 - RS (2019/0249854-7)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : LILIANA MARIA PACHECO FIGUEIREDO
ADVOGADOS : GABRIEL CARVALHO MEDEIROS - RS082543
RODRIGO AFONSO MARTINS - RS068909
DIEGO GINAR VIANNA - RS084576
AGRAVADO : MUNICIPIO DE CAMAQUA
ADVOGADOS : SETEMBRINO PEDRO LACERDA DE VARGAS - RS018407
FABIANO DE LIMA RIBEIRO - RS057500
EDERSON VALDIR NEPOMUCENO - RS104687
DANIELA GONÇALVES DE ANTONI - RS104490

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por LILIANA MARIA PACHECO FIGUEIREDO, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de LILIANA MARIA PACHECO FIGUEIREDO, a parte Recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 07/06/2018, sendo o recurso especial interposto somente em 11/10/2018.

O recurso é, pois, manifestamente intempestivo, porquanto interposto fora do prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, *caput*, todos do Código de Processo Civil.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a oposição de embargos de declaração intempestivo não interrompe nem suspende o prazo para a interposição do recurso especial, como, de fato, ocorreu na espécie. Nesse sentido: AgRg no AREsp 824.861/PB, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 02/08/2017; EDcl nos EDcl no AgRg no AREsp 710.264/ES, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 11/04/2017; e AgRg nos EDcl no AREsp 977.089/DF,

Superior Tribunal de Justiça

Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 17/02/2017.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

